



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

MARICÉLIA MOREIRA DOS SANTOS

**A ESTABILIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS NO
AMAPÁ – PERÍODO 1995 - 2012**

MACAPÁ
2014

MARICÉLIA MOREIRA DOS SANTOS

**A ESTABILIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS NO
AMAPÁ – PERÍODO 1995 - 2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amapá como exigência parcial
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Ambientais.

Orientador: Dr. Marco Antonio Augusto Chagas

MACAPÁ
2014

MARICÉLIA MOREIRA DOS SANTOS

**A ESTABILIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS NO
AMAPÁ – PERÍODO 1995 - 2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amapá como exigência parcial
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Ambientais.

Orientador: Dr. Marco Antonio Augusto Chagas

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Augusto Chagas

Prof. Msc. Charles Achcar Chelala

Prof. Dr.^a Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala

Dedico este trabalho aos meus pais Raimundo e Marinilvia, por servirem de inspiração e força para a realização deste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e seus companheiros, por me iluminar e me abençoar em todos os dias dessa jornada;

À Marinilvia Moreira, por ser mãe, amiga, incentivadora, patrocinadora, psicóloga, professora, e tantas outras profissões para que eu não desistisse desse sonho;

Ao meu pai, Raimundo, meus irmãos - Fábio, Rafael e Nilvia -, cunhados - Verenna, Helen e Vinícius -, e sobrinhos - Fernanda, Erick, Jhulia e Beatriz (*in memoriam*) -, por todo seu amor, companheirismo, carinho e zelo;

Aos meus familiares, em especial à minha tia Mary Guedes por sempre se dispor a me ajudar quando precisei;

Ao professor Dr. Marco Antonio Chagas, por aceitar a responsabilidade de me orientar neste trabalho, além de sua dedicação e paciência, partilhando comigo a sua vasta experiência e me encorajando a buscar cada vez mais conhecimento;

Aos participantes desta pesquisa - Robério Nobre, Antônio Filocreão e Fabrício Gomes -, pela disponibilidade, atenção e suporte;

Aos professores do Curso de Ciências Ambientais não só pelo aprendizado, mas também por todos os momentos agradáveis vivenciados;

Aos meus amigos pelo apoio incondicional e compreensão da minha constante ausência nas rodas de conversa por conta dos estudos;

E por fim, à minha amada turma de Ciências Ambientais 2010, em especial Silvana, Heloany, Cristinete e Dione, por toda a união, alegria e amizade em todos esses intensos anos, cujos momentos mais especiais guardarei com muito carinho.

RESUMO

O presente trabalho avalia através do Índice de Estabilidade proposto por BID as políticas ambientais urbanas do Amapá com base nos programas ambientais coordenados pelo Governo do Estado no período de 1995 a 2012, a começar pelo “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá”, do governo de João Alberto Capiberibe, passando pelos Governos Waldez Góes e Camilo Capiberibe, especificadamente o “Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá” e o programa "Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado”, respectivamente. Concluiu-se que a estabilidade das políticas públicas no Amapá é negativamente afetada pela alternância de posições políticas no comando do Governo Estadual.

Palavras-chave: Política Urbana, Cidades Sustentáveis, Qualidade de Vida Urbana.

ABSTRACT

This study evaluate via Stability Index given by IDB the urban environmental policies of Amapa based on the environmental programs coordinated by the State Government between 1995-2012, starting with the "Sustainable Development Program of Amapa", from the government of Joao Alberto Capiberibe, passing by governments of Waldez Goes and Camilo Capiberibe, specifically the "Program for Improvement of Urban Environmental Quality at Amapa State" and "Amapa/BNDES: Integrated Regional Human Development" program, respectively. It was concluded that the stability of public policies in Amapa is negatively affected by the alternation of political positions in charge of the State Government.

Keywords: Urban Policy, Sustainable Cities, Quality of Urban Life.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS.....	12
3.	ÍNDICE DE ESTABILIDADE (IE).....	16
4.	EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS DO AMAPÁ.....	19
4.1.	Programa De Desenvolvimento Sustentável Do Amapá.....	19
4.2.	Programa De Melhoria Da Qualidade Ambiental Urbana Do Amapá.....	20
4.3.	Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado.....	22
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	28
	APÊNDICES.....	30

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente, que segundo Reigota (1995, p. 14) pode ser definido como o lugar onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação, tem sido tema de intenso debate nos últimos anos. Conferências, cúpulas, encontros, entre outros eventos vêm, principalmente, buscando soluções para problemas ambientais, tanto em nível global quanto em nível local. As mudanças climáticas e o desflorestamento são exemplos que geram uma grande pressão no ambiente natural.

Entretanto, o ambiente construído também sofre com problemas. Muitas vezes esses problemas são negligenciados pelas discussões ambientais (BECKER, 2013, p. 11), pois ainda persiste a cultura que o meio ambiente é formado apenas pelas áreas naturais, sendo o ambiente antrópico um ente à parte. No entanto, os problemas ambientais urbanos são certamente os mais próximos à população.

No Brasil a situação é alarmante. O Estatuto da Cidade, lei que estabelece as diretrizes gerais das políticas urbanas, foi promulgado em 2001 e sua implementação é ainda raquítica. As políticas ambientais urbanas são ainda mais recentes, como exemplo as Políticas Nacionais de Saneamento, sancionada em 2007, e de Resíduos Sólidos, sancionada somente em 2010.

A região Amazônica apresenta situações antagônicas de políticas ambientais, já que há uma predominante atenção para a proteção da floresta, que não deixa de ser importante, mas pouca atenção tem sido dispensada aos problemas urbanos da região.

O Estado do Amapá é exemplificativo. Segundo dados do Censo 2010 aproximadamente 110 mil pessoas moram em aglomerados subnormais, normalmente associados nesta região às áreas de ressaca (IBGE, 2011). Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS mostram que apenas 6,3% da população da capital do Estado do Amapá, Macapá, é atendida pelo sistema de coleta de esgoto, o que a coloca com os piores índices entre as capitais do País (SNIS, 2013).

Existe pouca literatura sobre a temática ambiental urbana na Amazônia, incluindo carência de estudos de casos que possam servir de base para avaliações de políticas públicas e seus desdobramentos quanto aos resultados, lições aprendidas, etc., deixando o tema aberto a investigações.

Este trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Ambientais é uma contribuição ao tema e tem por objetivo avaliar as políticas ambientais urbanas adotadas pelos

sucessivos governos do Amapá, utilizando como base o conceito de “estabilidade” proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (BID; DRCLAS, 2007, p. 131).

A pesquisa abrange o período de 1995 a 2012, sendo avaliadas as políticas ambientais urbanas adotadas pelo “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá”, do governo de João Alberto Capiberibe, passando pelos Governos Waldez Góes e Camilo Capiberibe, especificadamente o “Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá” e o “Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado”, respectivamente.

O interesse pelo tema surgiu devido ao cenário de caos urbano em que as cidades do Amapá se encontram, comprovado pelas estatísticas de saneamento, doenças de veiculação hídrica, entre outros. É perceptível a evolução dos problemas e a involução das ações de mitigação/solução.

O estudo justifica-se porque na literatura encontram-se estudos apontando as falhas governamentais pontuais, mas poucos ou nenhum abordam as questões que inviabilizam a “estabilidade” das políticas públicas. Além disso, a pesquisa mostra um potencial em contribuir para evidenciar fatos da política ambiental urbana do Amapá.

O problema que instrui a pesquisa é entender a ausência de estabilidade das políticas públicas planejadas para melhorias urbanas na cidade de Macapá, adotando o intervalo temporal de 1995 a 2012, correspondendo à administração dos Governos João Alberto Capiberibe, Waldez Góes e Camilo Capiberibe.

A hipótese adotada é que não existe estabilidade de políticas públicas urbanas em Macapá devido às mudanças no cenário político dos governos eleitos.

A metodologia consistiu em apresentar a fundamentação teórico-conceitual do Índice de Estabilidade proposto pelo BID para avaliar políticas públicas, realizar pesquisa bibliográfica sobre política pública com ênfase na questão ambiental urbana e realizar entrevistas com atores públicos diretamente envolvidos com práticas de políticas ambientais nos períodos de governos propostos para pesquisa.

Em relação às entrevistas, optou-se pela busca de atores chave que exerceram/exercem funções diretamente afetas ao objeto de pesquisa, procurando selecionar pelo menos um entrevistado em cada período de governo avaliado. Nesse caso, os entrevistados foram:

→ Antônio Sérgio Filocreão, que exerceu a função de Secretário de Estado de Meio Ambiente no governo de João Alberto Capiberibe, onde existiu ações na área de políticas ambientais urbanas relacionadas a gestão de resíduos sólidos;

- Robério Nobre, então diretor da Agência de Desenvolvimento do Amapá, órgão responsável pela coordenação do “Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana”, na gestão do governador Waldez Góes.
- Fabrício Gomes, coordenador do Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado, do governo de Camilo Capiberibe.

2. POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS

A política pública surgiu como um campo da ciência política entre os anos 1960 e 1970 (SABATIER, 1995 *apud* LIMA, 2012). Entretanto, até os dias atuais se questiona sobre o que de fato seria a política pública, suas formas de aplicação e se a nomenclatura é adequada.

As políticas públicas são entendidas como a forma mais visível da operação concreta do interesse coletivo, além de se constituírem de escolhas, decisão e implementação de ações (BERNARDO, 2001, p. 48). A autora considera que há, no mínimo, duas compreensões quanto ao alcance das políticas públicas. A primeira as define como ações de governo; a segunda as entende como decorrência de um processo compartilhado de tomada de decisão que envolve diferentes instâncias e contém as políticas de governo.

Há neste segundo caso uma diferença nítida entre políticas públicas e políticas de governo. As primeiras seriam o contexto mais amplo de geração, seleção e implementação de políticas. As segundas seriam parte das primeiras, ainda que possam ser consideradas sua porção mais sistematizada e visível. (BERNARDO, 2001, p. 49)

As políticas de governo se dão apenas no tempo de mandato do gestor, e buscam soluções imediatas para os problemas locais. As políticas públicas são de longo prazo, extrapolando mandatos e apresentando respostas mais profundas e complexas para os anseios da população.

Apesar de toda a discussão acerca de qual tipo de política é mais adequada ou eficiente, considera-se que as duas são importantes e se complementam, pois sem as ações imediatas das políticas de governo não há como implementar a política pública, e sem as diretrizes das políticas públicas não se pode desenvolver políticas de governo.

No campo das políticas públicas aplicadas ao meio ambiente, inferências da literatura citam os desdobramentos da obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1962), “População Bomba”, de Paul Ehrlich (1966) e “Tragédia dos Comuns”, de Garret Hadin (1968), como indutoras de movimentos sociais que impulsionaram a formulação de políticas ambientais em todo o mundo, incluindo a 1ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano (1972).

Segundo Lustosa *et al.* (2003, p.135), política ambiental é o conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o meio ambiente. Para os autores a política ambiental apresenta três fases evolutivas:

Quadro 1 – As fases evolutivas da política ambiental

FASE	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Primeira	Fim do séc. XIX até período pré Segunda Guerra Mundial	Os atingidos por algum desastre ambiental entravam em juízo contra os agentes causadores do impacto
Segunda	Iniciada aproximadamente na década de 1950	Surgimento dos padrões de emissão e a valorização da melhor tecnologia disponível, a fim de controlar as emissões;
Terceira	Atualmente	Onde os padrões de emissão deixam de ser meio e fim das intervenções estatais e passam a ser instrumentos de uma política que usa diversas alternativas e possibilidades para a consecução de metas acordadas socialmente.

Fonte: LUSTOSA *et al.* (2003, p.135)

De alguma forma, pela classificação proposta pelos autores, percebe-se implicitamente que a política ambiental disponibiliza instrumentos para o enfrentamento dos problemas ambientais urbanos, a exemplo do estabelecimento de padrões de emissões e adoção de tecnologias.

No Brasil, até o início da década de 1970, não existia um órgão especificadamente voltado ao controle ambiental (LUSTOSA *et al.*, 2003, p. 146). Em 1973 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, com atuação voltada para controle da poluição e criação de unidade de conservação (CHAGAS, 2010). Uma das motivações que levou a criação da SEMA foi a Conferência de Estocolmo, onde em um dos princípios da sua Declaração recomenda que as instituições nacionais devam planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais.

Após oito anos de criação da SEMA foi promulgada a Lei nº 6.938/81, conhecida como a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, tendo como objetivo principal a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, de modo a assegurar ao País condições ao desenvolvimento socioeconômico de acordo com os interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981, art. 1º).

Para alcançar esse objetivo, a PNMA propõe treze instrumentos, como exemplo a Avaliação de Impacto Ambiental, o Licenciamento Ambiental, e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Também é um instrumento da PNMA o Zoneamento Ambiental, ou Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, segundo o artigo 2º do Decreto nº 4.297 que o regulamenta, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade do

ambiente, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

O ZEE, dependendo da escala adotada, também pode servir de instrumento para política urbana. A política urbana, conforme o artigo 2º do Estatuto da Cidade, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito a cidades sustentáveis (BRASIL, 2001).

Para que isso ocorra, há a necessidade, conforme Peixoto (2005), do planejamento e da gestão urbana para minimizar ou evitar os impactos negativos da urbanização, sendo importante avaliar a efetividade dos instrumentos de gestão ambiental na prática das políticas urbanas.

No plano local, tomando como exemplo o Estado do Amapá, o ZEE desdobra-se pela materialização de propostas de ordenamento territorial na escala do Estado e de territórios integrados (IEPA, 2008, p. 21). Instrumentos de ordenamento na escala dos municípios podem ser associados aos Planos Diretores, zoneamentos urbanos e de áreas frágeis e vulneráveis, a exemplo do Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano das Ressacas de Macapá e Santana - ZEEU (TAKIYAMA, 2012).

O ZEEU apresenta uma tipologia para as áreas de ressacas de Macapá e Santana, instruindo políticas públicas de intervenção sobre esses ambientes urbanos frágeis e de condições de vida precarizadas pela complexidade de soluções quanto a infraestrutura básica, principalmente saneamento ambiental.

Becker (2013, p. 51) observou que um novo padrão de desenvolvimento regional na Amazônia torna-se urgente frente aos desafios urbanos, pois 73,5% da população amazônica vive nas cidades, segundo o último Censo (IBGE, 2010), reafirmando o conceito simbólico de “*floresta urbanizada*” estabelecido pela autora como forma de chamar a atenção para o “fato urbano” na floresta amazônica.

O Amapá é o Estado com maior concentração populacional em núcleos urbanos da Amazônia, com 89,8% da população concentrada nos núcleos urbanos (IBGE, 2010). Esse número tende a aumentar e esse fenômeno pode ser explicado principalmente por conta da migração para as principais cidades do Amapá, seja de pessoas nascidas em outro Estado da Federação ou amapaenses nascidos no interior, onde buscam, em sua grande maioria, estabilidade financeira e melhores oportunidades de estudo.

As iniciativas de ordenamento urbano no Amapá datam de 1959 a 1976, notadamente pela elaboração de Planos Diretores (TOSTES, 2006). Projetos de intervenção sobre áreas

urbanas críticas em Macapá e Santana são encontrados em propostas de sucessivos governos, mas com implantação descontínua ou sem mesmo sair do papel.

O meio ambiente desequilibrado afeta de forma negativa a população. Como exemplo, podemos citar a ilha de calor formada no centro da cidade de Macapá, que já foi cientificamente comprovada e gera um desconforto térmico, fazendo com que algumas pessoas sintam mal-estar ao se deslocarem naquela região.

É importante que os projetos na área ambiental sejam tratados com mais seriedade para promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos núcleos urbanos.

3. ÍNDICE DE ESTABILIDADE (IE)

Após a denominada “década perdida” de 1980 e o Consenso de Washington, os países latinos americanos adotaram uma série de reformas que buscavam acelerar o crescimento econômico. No passar dos anos, as reformas começaram a ser questionadas sobre sua eficiência (BID; DRCLAS, 2007, p. VII).

Como contribuição a esse debate, que se estende até os dias atuais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID juntamente com o *David Rockefeller Center For Latin American Studies* - DRCLAS publicaram em 2005 o relatório “*The Politics of Policies: Economic and Social Progress in Latin America: 2006 - REPORT*”, cujo foco era avaliar o processo pelo qual as políticas públicas são discutidas, aprovadas e implementadas (BID; DRCLAS, 2007, p. VII). Este trabalho chamou bastante atenção para os diversos atores envolvidos no processo de formulação das políticas públicas, incluindo as ambientais.

Metodologicamente, o BID analisou minuciosamente os mecanismos institucionais dos sistemas políticos que atuavam na América Latina e a maneira como esse processo contribuiu para moldar os resultados obtidos pela aplicação dessas políticas, mas não avaliou o desempenho dos responsáveis pela formulação ou execução de políticas (BID; DRCLAS, 2007, p. 4-5).

O BID selecionou seis características-chave das políticas públicas para analisar:

Quadro 2 – Características-chave das políticas públicas

CARACTERÍSTICAS-CHAVE	CONCEITO
Estabilidade	Em que medida as políticas são estáveis ao longo do tempo.
Adaptabilidade	Em que medida as políticas podem ser ajustadas quando falham ou quando as circunstâncias mudam.
Coerência e coordenação	Em que medida as políticas são compatíveis com outras políticas afins e resultam de ações bem coordenadas entre os atores que participam de sua formulação e implementação.
Qualidade da implementação e da aplicação efetiva	
Consideração do interesse público	Em que grau as políticas tendem ao interesse público.
Eficiência	Em que medida as políticas refletem uma alocação de recursos escassos que assegure retornos sociais elevados.

Fonte: BID; DRCLAS (2007, p. 17)

Dentre todos, chama-se atenção o “Índice de Estabilidade”, por ser a característica-chave associada à capacidade dos atores políticos de alcançar e aplicar acordos que possibilitem que políticas sejam preservadas, independente da duração dos mandatos (BID; DRCLAS, 2007, p. 133).

O Índice Estabilidade é formado por seis componentes:

- a) O desvio padrão do índice de liberdade econômica de Fraser para o país;
- b) O grau em que mudanças jurídicas ou políticas prejudicaram a capacidade de planejamento das empresas (do Relatório de Competitividade Global);
- c) O grau em que novos governos honram os compromissos e obrigações contratuais dos regimes anteriores (do Relatório de Competitividade Global);
- d) A capacidade do Estado de definir e manter prioridades entre objetivos conflitantes (da pesquisa de capacidade do Estado, de Weaver e Rockman);
- e) O grau em que os governos asseguram a estabilidade das políticas (da pesquisa de capacidade do Estado);
- f) O grau em que o Estado assume e mantém compromissos internacionais (da pesquisa de capacidade do Estado).

O Índice de Liberdade Econômica de Fraser é divulgado anualmente e mensura o grau que as políticas e instituições de um país apoiam a sua liberdade econômica através de quarenta e duas variáveis em cinco grandes áreas: Tamanho do Governo; Sistema Legal e Direito de Propriedade; Dinheiro Confiável; Liberdade de Comercializar Internacionalmente; Regulação (<http://liberdadeeconomica.com.br/o-que-e>).

O Relatório de Competitividade Global, do Fórum Econômico Mundial, é baseado, segundo Rebouças (2012), em pesquisa de opinião de executivos sobre doze quesitos básicos: instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação superior e capacitação, eficiência no mercado de bens, eficiência no mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho de mercado, sofisticação de negócios e inovação.

A pesquisa de Capacidade do Estado foi formulada pelo BID, baseando-se na lista de Kent Weaver e Bert Rockman (1993), onde avaliava a capacidade administrativa e institucional do Estado nas seguintes tarefas (BID; DRCLAS, 2007, p. 132):

- 1) Definir e manter prioridades entre demandas conflitantes;
- 2) Direcionar recursos para onde eles sejam mais eficazes;
- 3) Inovação política;
- 4) Coordenar objetivos conflitantes;
- 5) Ser capaz de impor perdas a grupos poderosos;
- 6) Representar interesses difusos e desorganizados além daqueles que são concentrados e bem organizados;

- 7) Assegurar a implementação efetiva das políticas governamentais;
- 8) Assegurar a estabilidade das políticas para que elas possam surtir efeito;
- 9) Assumir e manter compromissos internacionais nas áreas de comércio e defesa nacional para assegurar o bem-estar duradouro do Estado;
- 10) Administrar cisões (divergências) políticas para que a sociedade não degenere em guerra civil.

Além das dez tarefas citadas, o BID e o DRCLAS (2007, p. 132) acrescentaram mais três para complementar a lista:

- 11) Assegurar a adaptabilidade das políticas;
- 12) Assegurar coerência política;
- 13) Assegurar uma coordenação eficiente das políticas.

Todos estes dados geralmente são formulados em escala global, onde países ou regiões são avaliados. Como o índice foi aplicado em escala nacional, não se buscou fazer uma análise estatística, como é inicialmente proposto pelo BID. Ao invés disso, buscou-se utilizar os conceitos dos componentes do Índice de Estabilidade que contribuam para testar a hipótese formulada, em uma avaliação teórica das políticas ambientais urbanas selecionadas para investigação.

Desta forma, deixa-se claro que ainda não é possível aplicar o Índice de Estabilidade para avaliar políticas ambientais no Amapá pela ausência dos parâmetros necessários na escala do Estado. Isso não significa, entretanto, que o Índice de Estabilidade não possa ser adaptado para futuras avaliações de políticas públicas, a considerar a relevância do índice para explicações científicas inerentes ao tema.

4. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS AMBIENTAIS URBANAS DO AMAPÁ

4.1. Programa De Desenvolvimento Sustentável Do Amapá – PDSA

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA foi instituído pelo Decreto nº 2.453/95, na gestão de João Alberto Capiberibe (1995-1998, 1999-2002), e possuía seis diretrizes: 1) a valorização das vantagens comparativas do Amapá; 2) a sustentabilidade da economia; 3) equidade social; 4) utilização de parcerias na execução dos projetos; 5) desconcentração das atividades; e a 6) municipalização (AMAPÁ, 1995).

Este programa se deu em um contexto de preocupação com a questão ambiental, pois em 1992 acontecia a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Logo se percebe a ação do Governo do Amapá como uma resposta à sociedade perante as discussões globais. O conceito de Desenvolvimento Sustentável é claramente o norteador do PDSA. No entanto, ele não é propriamente um programa de governo, mas implementava as diretrizes as quais todos os projetos das secretarias estaduais deveriam seguir.

Em entrevista, Antônio Sérgio Filocreão, Diretor do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá e Secretário do Estado de Meio Ambiente na época, comentou que naquele momento as discussões ambientais no país, principalmente na Amazônia, eram frágeis, sob o ponto de vista das preocupações. Com isso, o PDSA chamou atenção por ser um dos primeiros programas a tentar colocar em prática o tripé da sustentabilidade (Econômico-Social-Ambiental) na Amazônia.

No primeiro governo de João Alberto Capiberibe (1995-1998), segundo Filocreão, a prioridade ambiental era a região sul do Amapá devido ao conflito de interesses, já que é uma área onde se especulava a presença de minérios, havia a ocorrência de recursos florestais de maneira farta, e principalmente com a oscilação econômica do Projeto Jari que projetava instabilidade política sobre os núcleos populacionais de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Com isso, o GEA buscou a criação de áreas protegidas principalmente para assegurar o modo de vida extrativista das comunidades tradicionais daquela região, comenta Filocreão.

O IEPA atuou como vitrine do programa de governo, já que deu início aos estudos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá. Filocreão afirmou que se precisava entender a dinâmica espacial do Amapá para estabelecer mecanismos de utilização sustentável

de recursos. Além disso, o IEPA era responsável pelo monitoramento ambiental dos empreendimentos.

Nesse período buscou-se o fortalecimento das instituições que trabalhavam na área ambiental, como: capacitação para os técnicos, criação do Batalhão Ambiental em 1997, formulação das primeiras informações cartográficas do Estado, implantação do Programa Estadual de Gestão Ambiental - PEGA, voltado para o monitoramento, e do Sistema Integrado de Fiscalização Ambiental - SIFAM.

Concomitante ao fortalecimento institucional, o estímulo à consciência ambiental também era feito, principalmente nas escolas, com a “Caravana Ambiental”. Esse projeto contava com estrutura de biblioteca, teatro, visando à educação, mas também servia para o Governo conhecer os problemas ambientais na visão da população, a capacidade de gestão do município, e, assim, estabelecer uma agenda buscando a gestão ambiental. Constatou-se o problema do lixo nas cidades, principalmente o despejado no rio Amazonas.

Resultante da Caravana Ambiental, o GEA voltou-se em resolver a questão do lixo, buscando parceria com a agência de cooperação internacional alemã *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ* para criação e implantação do Projeto SEMA/GTZ: Saneamento Ambiental Urbano no Amapá.

Ainda que tenha feito muito pela área ambiental, Brondízio (2003, p. 33) afirma que somente alguns projetos de infraestrutura durante as primeiras realizações do PDSA deram prioridade para a vida cotidiana da população. A maior parte visava grandes obras, como portos, rodovias entre outros. Portanto, o PDSA não se caracteriza como um programa com prioridades de políticas públicas integradas, mas sim como um programa de desenvolvimento econômico disperso com viés ambiental.

Pela entrevista realizada e diante de documentos consultados, percebe-se que o PDSA teve uma atuação urbana com foco na questão de resíduos sólidos, problema este que persiste até hoje em proporções muito maiores.

4.2. Programa De Melhoria Da Qualidade Ambiental Urbana Do Amapá

O Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá foi concebido no governo de Waldez Góes (2003-2006, 2007-2010) e tinha como objetivos: promover a salubridade das áreas urbanas com ocupação precária nas três maiores cidades do Amapá

(Macapá, Santana e Laranjal do Jari), além de contribuir para a proteção e recuperação de áreas de fragilidade ambiental - as áreas de ressaca do igarapé da Fortaleza. (AMAPÁ, 2006, p. 5).

Esse programa resultou de uma parceria técnico-financeira entre o Governo do Estado do Amapá e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e contemplou ações em quatro grandes áreas (AMAPÁ, 2006, p. 5):

- 1) Melhoria do saneamento ambiental urbano;
- 2) Recuperação e proteção de áreas de ressacas;
- 3) Aperfeiçoamento da gestão urbana; e,
- 4) Desenvolvimento institucional.

Durante a execução do programa buscou-se priorizar a melhoria da drenagem pluvial, através de ações de macro e micro drenagem dos canais, e melhoria no abastecimento de água e esgoto. Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, idealizado durante a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, alguns projetos do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana passaram a integrá-lo.

Segundo Robério Nobre, em sua gestão a frente da Agência de Desenvolvimento do Amapá - ADAP (2007-2010), o GEA formulou o Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado, cuja operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi autorizada pela Lei Estadual nº. 1.494, de 31 de maio de 2010. Este documento baseou-se nos Objetivos do Milênio, propostos pela ONU em 2000. Com isso, os projetos do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana que não foram incorporados ao PAC, passaram a integrar este programa.

Percebe-se no Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá, como o próprio título enfatiza, um enfoque estritamente urbano, diferente dos outros objetos deste estudo. A situação delicada da questão ambiental urbana no Amapá chamou atenção por seus indicadores, comentou Nobre. O Programa (AMAPÁ, 2006, p. 15) destaca que as pressões geradas pelo processo de urbanização não vinham sendo respaldadas por ações de planejamento do ordenamento territorial e do uso do solo urbano. Logo, o programa se propôs a solucionar os problemas mais latentes de ordem urbana no Amapá.

Uma farta documentação foi disponibilizada pelo entrevistado Robério Nobre, os quais demonstravam os projetos de maneira detalhada que eram incorporados ao “Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana no Amapá”, como os de drenagem pluvial. Impressiona pelo esforço de Governo, pouca percepção dos resultados e nenhuma “estabilidade” quando se avalia o governo sucedâneo.

4.3. Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado

A atual gestão, do governador Camilo Capiberibe (2010-2014), estruturou o Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado – PDRI, que tem por objetivos ampliar e modernizar a infraestrutura social e econômica do Amapá para oferecer condições à população amapaense de atuar como protagonista qualificado no processo de desenvolvimento sustentável do Estado (AMAPÁ, 2012, p. 15).

O PDRI está estruturado em 14 componentes, atentando-se para dois deles: 1) a universalização dos serviços de saneamento básico, onde se busca ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água e executar obras de macrodrenagem em seis canais da Região Metropolitana de Macapá, que compreende as cidades de Macapá, Santana e Mazagão; 2) gestão eficiente do território, por meio de elaboração da base cartográfica do Amapá e a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, iniciado em 1995.

Em entrevista, Fabrício Gomes, um dos coordenadores do PDRI, afirma que a motivação para a realização do programa se deu por conta do Estado não ter no momento uma grande capacidade de investimento. Logo se teve que recorrer a uma operação de crédito junto ao BNDES para melhoria da infraestrutura do Estado.

“O PDRI é um investimento que enxerga o Estado em longo prazo, aproveitando especialmente as características geográficas”, declarou Gomes. Assim como no resto do país, o Amapá deve investir em infraestrutura para subsidiar o desenvolvimento do Estado. Apesar dos inúmeros passivos, o PDRI buscou não perder a visão da política pública de desenvolvimento do Estado.

“Ainda que seja basicamente um plano de Governo, onde diversos setores precisam ser atendidos, o PDRI aborda os problemas ambientais urbanos com atenção e busca de soluções, digamos, “ousadas”, visto a situação financeira do Estado no momento”, afirma Gomes. No entanto, algumas questões permanecem sem resposta, como o gerenciamento de resíduos sólidos, muito discutido no período do PDSA.

Trata-se de um Programa ambicioso que contrasta com a capacidade de gestão do Governo, como se percebeu na entrevista realizada com o gestor. Entretanto, a considerar a proximidade do final da gestão do governador Camilo Capiberibe, tudo indica que o Programa entrará para lista dos “sem estabilidade”.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que se percebam algumas iniciativas, as políticas ambientais urbanas no âmbito estadual não apresentam “estabilidade”. Filocreão afirmou que o PDSA deixou um grande legado, através da criação de áreas protegidas, o fortalecimento da estrutura de gestão ambiental e a criação Sistema Integrado de Gestão Ambiental, citando a questão do lixo como problema ambiental urbano de referência pelo PDSA. Porém, observa Filocreão, o governo de Waldez Góes enfraqueceu o programa. De fato, o termo “Desenvolvimento Sustentável”, que foi o maior chamativo do PDSA, foi aos poucos esquecido pela população e a questão do lixo não avançou enquanto problema urbano prioritário a ser equacionado pelo PDSA.

O programa desenvolvido no governo Waldez Góes foi o que mais se aproximou de uma política pública ambiental com foco nos problemas urbanos, pois não tratou a questão de modo superficial, mas detalhou em nível executivo todos os projetos que integram o então “Programa de Melhoria da Qualidade Urbana do Amapá”.

Na entrevista realizada com Robério Nobre, um dos coordenadores do Programa no governo Waldez Góes, ficou comprovado à busca pelo enfrentamento dos problemas urbanos em diferentes dimensões, incluindo a ambiental.

Em que pese à falta de estabilidade na consecução da gestão do programa concebido no governo Waldez Góes, percebe-se que os projetos elaborados foram aproveitados pela gestão sucedânea do Governo do Amapá, mas agora com uma nova patente intitulada “Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado – PDRI.”

O PDRI, do governo Camilo Capiberibe, ainda é cedo para discutir sobre seus resultados, uma vez que ainda se encontra em fase de implantação. Sabe-se que este programa foi criado e financiado ainda no governo Waldez Góes, mas em momento algum da atual gestão isso é mencionado. Robério Nobre afirmou que esta questão poderia resultar até em processo judicial por direitos autorais, já que os reais mentores do projeto não são citados.

O PDRI é um programa bem estruturado e com uma visão de desenvolvimento ampla. Claramente não se aprofunda no nível do “Programa de Melhoria da Qualidade Urbana do Amapá”, mas propõe várias ações de desenvolvimento urbano com nível de detalhamento considerável.

Outro item a ser observado é a dificuldade do Governo do Estado em assumir/executar acordos internacionais firmados por outra gestão, como a implantação do aterro sanitário de Macapá, que já vinha sendo discutido desde o Projeto SEMA/GTZ: Saneamento Ambiental

Urbano no Amapá, e, por conta principalmente do confronto entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Macapá, só foi executado devido a um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental firmado em agosto de 2005 pelo Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Macapá, iniciando os trabalhos somente em 2008.

Não só os acordos internacionais, mas os próprios programas de governo não são executados em sua totalidade. Essa situação geralmente é atribuída pelos entrevistados à falta de recursos financeiros e técnicos disponíveis. É papel do Governo do Estado buscar soluções para esses problemas, como faz em outros setores, buscando cooperação técnico-financeira, empréstimo junto a bancos, etc.

Nos governos João Alberto Capiberibe (1995-1998, 1999-2002), Waldez Góes (2003-2006, 2007-2010) e Camilo Capiberibe (2011-), a principal questão ambiental abordada como prioridade para política pública é relacionada à melhoria do saneamento. Com isso, os problemas urbanos de alguma forma aparecem, direta ou indiretamente, em todos os programas estruturais dos governos analisados. Entretanto, quando se avalia os resultados efetivos percebe-se a ausência de estabilidade das políticas de governo.

Segundo Stein e Tommasi (2005) *apud* BID e DRCLAS (2007, p. 135), a estabilidade das políticas públicas no Brasil está classificada como “alta”, contrariando o cenário encontrado no Amapá, mais especificadamente quanto às políticas ambientais urbanas.

A descontinuidade das políticas públicas no Amapá é um dos principais achados desta pesquisa e isso reforça uma das conclusões do BID ao analisar as Políticas Públicas na América Latina: “ter políticas estáveis não significa que as políticas não possam sofrer alterações, mas que as alterações tendem a responder a mudanças nas condições econômicas ou ao fracasso de políticas anteriores, não a mudanças políticas” (BID; DRCLAS, 2007, p. 131).

No Amapá, cada governo tem sua característica e quer deixar sua marca para obter a confiança da população e assim se manter no poder por mais tempo. Ainda se tem a visão de apagar o “legado” da gestão passada para demonstrar que a atual é melhor, fazendo exatamente o contrário do que é proposto pelo BID para manter a estabilidade das políticas públicas.

Programas como o “Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana no Amapá” não podem ser simplesmente descontinuados porque foram gerados no governo anterior. Este documento prova que há sim capacidade técnica no Estado para elaborar grandes projetos voltados enfrentar os problemas ambientais urbanos, mas não há vontade dos governantes em levar adiante por questões políticas.

O maior prejudicado dessa situação é a população amapaense, que tem a sua qualidade de vida reduzida, descumprindo o que é disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988 e legislações regulatórias, incluindo aquelas que objetivam a melhoria da vida urbana.

Em pleno século XXI, ter cidadãos que vivem em áreas alagáveis nas cidades sem qualquer tipo de saneamento, semelhantes às condições de vida londrina do começo do século XIX, é uma incontestável comprovação de ausência de Estado ou ineficiência nos gastos dos recursos públicos, incluindo a falta de “estabilidade”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs em avaliar as políticas ambientais urbanas adotadas pelos sucessivos governos do Amapá, no período de 1995 a 2012, utilizando como base o conceito de “estabilidade” proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os programas selecionados foram: “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá”, concebido no governo de João Alberto Capiberibe (1995-1998, 1999-2002); o “Programa de Melhoria da Qualidade Urbana do Amapá”, do governo Waldez Góes (2003-2006, 2007-2010); e o “Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado”, do governo de Camilo Capiberibe (2011-).

O primeiro, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, foi um marco no cenário das políticas públicas entre os Estados da Amazônia. Houve projetos importantes voltados para o meio ambiente urbano na época, como a “Caravana Ambiental” e a parceria com a GTZ para um estudo de manejo adequado de resíduos sólidos. Todavia, a maior parte das ações voltadas para o enfretamento dos problemas urbanos se deram de forma emergencial e descontínua.

O segundo, Programa de Melhoria da Qualidade Urbana do Amapá, foi o que mais se aproximou de uma política ambiental com foco nos problemas urbanos. Trabalhou principalmente com a questão do saneamento, um dos problemas mais latentes do Estado, nas principais zonas urbanas do Amapá. Entretanto, a organização política fraca e inadimplências do Estado fizeram com que o programa não fosse aplicado em sua totalidade.

O terceiro, Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado, é o atual programa de governo do Amapá e engloba ações em aspectos de diferentes áreas, não sendo diferente com o meio ambiente urbano. Demonstra de maneira objetiva os problemas, soluções e recursos disponíveis para a execução dos projetos. Seus resultados ainda não são tecnicamente comprovados, mas o que se percebe é a insatisfação da população quanto ao estado de suas cidades, demonstrado pelo Índice de Felicidade Interna Bruta (TELES JUNIOR *et al.*, 2012), cuja dimensão “Meio Ambiente” é a que possui o pior índice de avaliação.

Em todo o período de estudo, observou-se principalmente a descontinuidade dos programas, mesmo com o alto nível técnico emplacado em suas redações, boas propostas de resolução dos problemas e recursos garantidos. Com isso, não se vê outra razão para que essa descontinuidade ocorra além da alternância de posições políticas no comando do Governo do

Estado, que reflete de forma negativa na estabilidade das políticas públicas, comprovando a hipótese desta pesquisa em nível de trabalho para qualificação a obtenção de grau superior em bacharel em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amapá.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Programa Amapá/BNDES: Desenvolvimento Humano Regional Integrado.** Macapá: 2012.

_____. **Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID: Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica – RAAE.** Macapá: 2006.

_____. Decreto nº 2.453, de 14 de agosto de 1995. **Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA.** Diário Oficial [do] Estado do Amapá. Macapá, nº 1137. 14 ago. 1995.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID; DAVID ROCKEFELLER CENTER FOR LATIN AMERICAN STUDIES - DRCLAS. **As políticas das Políticas Públicas: progresso econômico e social na América Latina: Relatório 2006.** Tradução de: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

BERNARDO, M. Políticas Públicas e Sociedade Civil. In: BURSZTYN, M. (org.). **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond. 2001. p. 41-57.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. **Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.html>

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>.

BRONDÍZIO, L. S. **Gestão de recursos pesqueiros no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.** 2003. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2003.

CHAGAS, M. A. **Política Ambiental.** Texto elaborado para a disciplina Política Ambiental, do curso de Ciências Ambientais/UNIFAP. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ – IEPA. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE. 3ª ed. Macapá: IEPA, 2008.

LUSTOSA, M. C.; CÁNEPA, E. M.; YOUNG, C. E. F. Política ambiental. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (org.). **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. São Paulo: Ed. Campus, 2003. p 135-153.

PEIXOTO, M. C. **Expansão urbana e proteção ambiental**: um estudo a partir do caso de Nova Lima/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, 9. 2005, Salvador.

REBOUÇAS, F. **Ranking Do Relatório Global De Competitividade**. 2012. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/atualidades/ranking-do-relatorio-global-de-competitividade/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez. (Col. Questões de Nossa Época, n.41). 1995.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2011. Brasília: MCIDADES. 2013. Disponível em: <http://www.portal2014.org.br/midia/site/1-2582011185138-Diagnostico_AE2009.pdf>.

STEIN, E.; TOMMASI, M. **Democratic Institutions, Policymaking Processes and the Quality of Policies in Latin America**. Washington, DC: International Development Bank. 2005.

TAKIYAMA, L. R. (org.). **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá**: Relatório Técnico Final. Macapá: IEPA, 2012.

TELES JUNIOR, A. P.; OLIVEIRA, F. E. M.; COSTA, F. A. S.; MARTINS, R. C. **Índice de Felicidade Interna Bruta da Cidade de Macapá**. Macapá: Instituto Numeric, 2012.

TOSTES, J. A. **Planos diretores no estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: Tostes Editora, 2006.

WEAVER, K.; ROCKMAN, B. **Do Institutions Matter?** Government Capabilities in the United States and Abroad. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o responsável pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

Nome: Antonio Sergio Monteiro Filocreão.

Cargo exercido: Secretário de Estado de Meio Ambiente.

Data da entrevista: 30 de janeiro de 2014.

Apresentação

- Identificação do trabalho:

- A estabilidade das políticas ambientais urbanas do Amapá – Período 1995-2012;

- Objetivo: avaliar as políticas ambientais urbanas do Amapá no período de 1995 a 2012 com base nos programas ambientais coordenados pelo Governo do Estado;

- Hipótese: as políticas ambientais urbanas do Amapá não têm estabilidade devido às mudanças no cenário político dos governos eleitos;

Autorização para gravação de áudio da entrevista

Perguntas

- Qual a motivação para a criação do programa?

- Qual a sua avaliação sobre o programa?

- Como você vê a questão ambiental nas cidades hoje dentro do Governo do Estado?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o responsável pelo Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana no Amapá

Nome: Robério Aleixo Anselmo Nobre.

Cargo exercido: Presidente da Agência de Desenvolvimento do Amapá.

Data: 30 de janeiro de 2014.

Apresentação

- Identificação do trabalho:

- A estabilidade das políticas ambientais urbanas do Amapá – Período 1995-2012;

- Objetivo: avaliar as políticas ambientais urbanas do Amapá no período de 1995 a 2012 com base nos programas ambientais coordenados pelo Governo do Estado;

- Hipótese: as políticas ambientais urbanas do Amapá não têm estabilidade devido às mudanças no cenário político dos governos eleitos;

Autorização para gravação de áudio da entrevista

Perguntas

- Qual a motivação para a criação do programa?

- Qual a sua avaliação sobre o programa?

- Como você vê a questão ambiental nas cidades hoje dentro do Governo do Estado?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o responsável pelo Programa Amapá/BNDES:
Desenvolvimento Humano Regional Integrado

Nome: Fabrício de Paula Santos Gomes.

Cargo exercido: Coordenação Geral do Programa Amapá/BNDES.

Data: 28 de janeiro de 2014.

Apresentação

- Identificação do trabalho:

- A estabilidade das políticas ambientais urbanas do Amapá – Período 1995-2012;

- Objetivo: avaliar as políticas ambientais urbanas do Amapá no período de 1995 a 2012 com base nos programas ambientais coordenados pelo Governo do Estado;

- Hipótese: as políticas ambientais urbanas do Amapá não têm estabilidade devido às mudanças no cenário político dos governos eleitos;

Autorização para gravação de áudio da entrevista

Perguntas

- Qual a motivação para a criação do programa?

- Qual a sua avaliação sobre o programa?

- Como você vê a questão ambiental nas cidades hoje dentro do Governo do Estado?